AEDOS Revista do corpo discente do PPG-História da UFRGS

"Eis o que me ocorre, por hoje": a campanha presidencial de 1937 e a candidatura de José Américo de Almeida nas correspondências de Juraci Magalhães e Artur Neiva[1]

Luiz Mário Dantas Burity[2]

Resumo: A campanha presidencial de 1937 aconteceu em um período de incerteza quanto à manutenção do regime democrático. Em todo caso, aquela seria a primeira eleição majoritária direta depois da Revolução de 1930 e as lideranças partidárias começavam a se organizar para formar candidaturas. Isso em uma época na qual não se fazia política sem o intermédio de correspondências. O objetivo desse texto é discutir a arquitetura da candidatura governista a partir da ação política de três personagens – José Américo de Almeida, Juraci Magalhães e Artur Neiva – e privilegiando a troca de cartas entre eles. Os três políticos construíram uma campanha voltada para as massas. Faziam isso a partir de discursos focados no tema da assistência social, mas também com a articulação de lideranças em diferentes localidades do país. As correspondências foram fundamentais nesse processo, na medida em que permitiam a troca de informações, avaliação de estratégias, o contato dos apoiadores e a afinação do discurso político entre as bases aliadas.

Palavras-chave: Campanha Presidencial; Correspondências; Golpe de 1937.

Abstract: The presidential campaign of 1937 happened in a period of insecurity of the democratic regime. In this way, this would be the first direct majority election after the Revolution of 1930. So, the party leaders start to organize their groups to decide the candidates. In this time, they couldn't do the political work without correspondences. The objective of this paper is observe the structure of the governor candidature seeing the political action of three characters – José Américo de Almeida, Juraci Magalhães e Artur Neiva – and choosing their letters. Therefore, the three politicians did a campaign focused in the popular masses. They did it with the discourses about the social assistance, but also with articulation of leaders in different places of the country. The correspondences were too important in this process to send information, strategies evaluations, contact from supporters and the connection of the political discourses.

Keywords: Presidential Campaign; Correspondences; Coup of 1937.

"Prezado amigo": considerações iniciais

Em vista de termos tido
Um bom chefe da nação
Graças o bem que nos trouxe
A grande revolução,
José Américo é o único

[1]Esse texto é uma versão ampliada do trabalho final da disciplina *História, memória e escrita (auto)biográfica*, ministrada pela Profa. Dra. Angela de Castro Gomes, à qual agradeço imensamente a leitura e as contribuições.

[2]Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), com orientação da Profa. Dra. Lúcia Grinberg. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: marioburity@hotmail.com.

Capaz para a sucessão
Zélo Materno, 1937, p.8.

Aos primeiros dias do mês de setembro de 1937, é provável que os transeuntes que faziam compras na feira de Campina Grande pudessem flagrar, entre as novidades que corriam de boca em boca e da banca de folhetos, as notícias da campanha presidencial. Entre os impressos vendidos pelos cantadores, seria possível encontrar uma biografia em versos de José Américo de Almeida, candidato governista, com miolo impresso em folhas de jornal e uma capa cor de laranja, com o título *A Redenção do Brasil* escrito em formas geométricas de inspiração futurista e na qual figurava um desenho do seu personagem principal.

Produzido em agosto daquele ano, o folheto escrito e editado por Zélo Materno, convidava os seus leitores a votarem em José Américo de Almeida na eleição que teriam vez no dia 3 de janeiro de 1938. Além dos versos que ocupavam sete das oito páginas, o autor dedicou um prefácio, escrito em prosa, para explicar as razões da elaboração daquele material. O texto exaltava a imagem pública do político, dito principal articulador da Revolução de 1930 no Norte, e sua atuação redentora no Ministério de Viação e Obras Públicas. Fazia mais, apresentava-o como patriota cristão, único candidato capaz de vencer o "negro comunismo".

Oitenta anos mais tarde, um dos folhetos impressos àquela ocasião foi encontrado no Arquivo Pessoal Juraci Magalhães, protegido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, vinculado à Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Isso porque, ao dia 27 de agosto de 1937, o versista havia remetido o folheto como anexo de uma carta enviada ao chefe do Executivo da Bahia, principal articulador da candidatura José Américo de Almeida. Ao curto parágrafo datilografado com letra azul em papel pautado, o remetente dizia ser aquele material resultado de um desejo íntimo, fazer a biografia completa do "ilustre candidato", e solicitava recursos para levar a efeito o resto da campanha.

O folheto, em sua materialidade, dava notícia ao destinatário das estratégias que os articuladores da campanha nas cidades do interior da Paraíba estavam adotando para a organização do pleito. Desde a virada do século, aquele suporte havia se popularizado pelos sertões nordestinos, servindo à circulação escrita de notícias por aquelas regiões onde a oralidade imperava. A novidade, porém, estava no conteúdo da narrativa: a história constituía a biografia de um político com objetivos explicitamente eleitorais. Aquele era um movimento inédito dos partidos políticos e dos candidatos para se aproximar do eleitorado das pequenas cidades do interior e do campo, outrora mais distante da seara política nacional, sem que para isso fossem necessariamente acionados os chefes políticos locais.

Ao remeter a carta e seu anexo ao governador Juraci Magalhães, o autor do folheto

atestava ter conhecimento da particularidade daquela forma de fazer campanha eleitoral, arquitetada cada vez mais em torno das massas e cada vez menos em torno dos quadros partidários, conforme discutido por Maurice Duverger (1981).O testemunho, a propósito, não parecia menos relevante para o destinatário, que prescreveu aos seus assessores que agradecessem o envio e que arquivassem o documento[3]. Seria a primeira eleição majoritária direta depois da Revolução de 1930 e da Constituição de 1934, de forma que ela estava alicerçada por um universo ideológico diferente, envolto de novas regras de execução.

Além disso, a campanha de 1937 desenrolava-se em meio a uma crise política que havia se abatido sobre o país desde o Levante Comunista de 1935. Os sucessivos decretos de estado de sítio e estado de guerra, as intervenções federais nos estados e as indecisões de Getúlio Vargas quanto à sucessão presidencial ameaçavam a realização do pleito. Ainda assim, o golpe de 10 de novembro não era um desfecho certo e a liberal-democracia se mostrava, pelo menos até o mês de setembro, como um horizonte possível para o Estado Nacional Brasileiro. A empreitada, em todo caso, não seria fácil. A execução de uma candidatura em tempos de instabilidade democrática mais parecia "uma dança sobre o abismo", conforme metáfora de Juraci Magalhães (1996).

Em meio a esse cenário, o objetivo desse texto é discutir a arquitetura da campanha governista a partir da ação política de três personagens estratégicos – José Américo de Almeida, Juraci Magalhães e Artur Neiva – e privilegiando a troca de correspondências entre eles. A atividade político-partidária, conforme Michel Offerlé (2004[1987]), costuma envolver personagens em diferentes posições hierárquicas e com diferentes atribuições. Isso em uma época na qual não se fazia política sem o intermédio de correspondências – cartas, bilhetes, telegramas etc. – principalmente em se considerando um país de dimensões continentais e sem partidos com representatividade nacional. Tratavam-se, portanto, de três políticos, de gerações distintas e em postos de poder igualmente distintos, cada um ao seu modo e no espaço que lhe cabia, trabalhando em rede em função de um interesse comum: a vitória na eleição para o ano seguinte[4].

José Américo de Almeida contava cinquenta anos de vida quando foi escolhido candidato à sucessão presidencial. Àquela altura, o paraibano já havia consolidado uma imagem pública respeitada entre políticos e civis em âmbito nacional. Enquanto intelectual, destacara-se com a publicação de uma pesquisa denunciando as razões sociais das secas em *A*

[3]Carta de 27 ago. 1937, de Zélo Materno a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Juraci Magalhães, CPDOC).
[4]Essa estratégia de observação de três correspondentes foi inspirada no texto "Rascunhos de história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas" de Angela de Castro Gomes (2009).

Paraíba e seus problemas (1923) e com a publicação do romance *A Bagaceira* (1928). A sua posição estratégica entre os revolucionários de 1930 despontava como um mito de origem na sua formação política, ainda que tenha sido a atuação no Ministério de Viação e Obras Públicas o que efetivamente lhe permitiu as sociabilidades e a visibilidade que, ao momento mais propício, abriram as portas para que o seu nome figurasse como o mais adequado para concorrer às eleições prometidas para aquele ano.

Juraci Magalhães, aos trinta e dois anos, guardava na agenda uma rede de sociabilidades arquitetada em âmbito nacional. O tenente cearense havia se destacado em meio às tropas revolucionárias de 1930 e, sete anos mais tarde, já ostentava a patente de capitão. Desde setembro de 1931, era chefe do poder executivo da Bahia, primeiro como interventor federal – quando sucedeu Artur Neiva – e, depois de 1934, como governador eleito pela Assembleia Constituinte Estadual. Em 1937, foi um dos articuladores da lista tríplice enviada a Getúlio Vargas, da qual deveria sair o nome do candidato governista. Escolhido José Américo, ele foi também o principal fomentador da campanha em curso.

Artur Neiva, àquela altura, já havia completado cinquenta e sete anos, guardando no currículo o título de médico, com passagem nas instituições científicas mais destacadas do país. Foi interventor da Bahia por cinco meses. Líder da bancada baiana na Assembleia Constituinte de 1934, ele não era nem de longe um dos nomes preferidos do eleitorado. Em correspondência a Juraci Magalhães, dizia não sentir-se bem com a situação: "acho-me colocado no 12º lugar, em 2º turno, como acima de mim já se encontram eleitos no 1º turno, o Novaes, o Altamirando e o Pacheco, estou, de fato, no 15º". E continuava, "como nas próximas eleições suplementares, o Clemente e o Lauro atingirão o 1º turno, passarei para 17º", arriscando não ser eleito, caso a oposição tivesse melhor êxito[5]. A despeito disso, dispunha de conhecimentos no meio intelectual, na Câmara e no Senado, o que lhe conferia acesso a informações privilegiadas dos bastidores da política partidária na capital federal.

A documentação consultada envolveu as correspondências ativas e passivas desses três políticos. As cartas, os telegramas e os bilhetes trocados por José Américo e Artur Neiva com Juraci Magalhães conquistaram espaço privilegiado nessa análise, mas também foram observadas as mensagens remetidas por outras pessoas. Ademais, foram analisados os discursos do candidato publicados na coleção *A palavra e o tempo* (1985[1965]), bem como a cobertura jornalística realizada pelo jornal *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro[6], e os livros

[5]Carta de 27 nov. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).
[6]Consultado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Foi realizada uma pesquisa por período, no recorte 1930-1939, a partir da palavra-chave "José Américo". O *Diário de Notícias* foi escolhido por ser, dentre os

de memória *Eu e eles* de José Américo (1970) e *O último tenente* de Juraci Magalhães (1996).

Uma Revolução para o Norte: os projetos de poder, as atividades políticas e as relações de amizade de três revolucionários no Governo Provisório

> Quer que eu lhe diga? Eu não tenho feito nada pela Bahia e para o prestígio da sua administração, porque, como vê, me falecem todos os recursos.
>
> José Américo de Almeida, 1933.

Alguns protocolos prescritos a um posto político perdiam função quando a amizade antecedia as relações formais. No dia 24 de maio de 1933, José Américo, então ministro de viação e obras públicas, escreveu ao interventor da Bahia. Àquela oportunidade, limitou seus cumprimentos ao breve vocativo "Juraci", sem títulos ou pronomes de tratamento. A correspondência dizia de dois personagens reconhecidos de formas distintas no campo político – aos quarenta e seis anos o intelectual paraibano portava-se como experiente homem público, a quem o seu correspondente, de vinte e sete anos, se dirigia para pedir conselhos.

A intimidade que atravessava a missiva dava notícia de uma amizade construída já de algum tempo. Os dois patrícios se conheceram em meio aos preparativos para a ofensiva militar que daria início à Revolução de 1930 nos estados do Norte. Juraci Magalhães estava hospedado junto à sua esposa e outros correligionários em uma casa na Praia de Tambaú, balneário da Cidade da Paraíba, onde escondiam Juarez Távora. Havia reuniões recorrentes com articuladores locais, dentre os quais o então secretário de segurança, José Américo de Almeida. Deflagrada a guerra, foi montado o Governo Geral do Norte, com a chefia militar de Juarez Távora e liderança civil do referido político paraibano (MAGALHÃES, 1996).

No mês seguinte, depois de debelarem quartéis generais e destituírem presidentes de estado, eles chegaram vitoriosos ao Rio de Janeiro. No dia 3 de novembro, Getúlio Vargas tomou posse como presidente da República. Tinha início o Governo Provisório, era a hora de executar o projeto revolucionário.A tarefa não era das mais fáceis. Era preciso acomodar em um mesmo programa de governo os projetos de país de políticos, tenentes e intelectuais de estados distantes e com propósitos bastante distintos. Além do Norte, era necessário contemplar os revolucionários de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, considerando todas as rivalidades internas que as lideranças desses estados tinham entre si.

Em meio a esse cenário, os combatentes nortistas ficaram com o Ministério de Viação e Obras Públicas. Tratava-se de uma instituição estratégica na condução da política de

---

periódicos da capital federal, aquele com uma quantidade intermediária de ocorrências, a saber, 2.438.

modernização e integração nacional que seria conduzida pelo poder público. A pasta era responsável pela construção e administração dos portos, estradas de rodagem e ferrovias, serviços de correios e telégrafos, aviação civil e obras contra as secas. Essa função ficaria a cargo de José Américo, que empreenderia uma política severa de moralização pública – demitindo funcionários fantasmas, cortando despesas com automóveis, entre outras medidas – e deu prioridade absoluta no enfrentamento dos problemas sociais, sobretudo em casos emergenciais, como a seca que assolou as populações sertanejas em 1932.

Em contrapartida, com o propósito de administrar os entraves políticos e militares dos interventores nortistas, em favor da manutenção da supremacia revolucionária, foi criada a Delegacia Militar do Norte, com a chefia de Juarez Távora. A instituição deveria responder, dentre outras coisas, pela coesão política daquela região. As correspondências tinham um papel fundamental nesse processo, na medida em que era por meio delas – sobretudo dos telegramas – que a articulação das agendas dos estados se fazia possível. Mais do que isso, a indicação feita por Juarez Távora era prioritária na hora da escolha do nome dos interventores pelo presidente. O chefe de comando contou com a assessoria, em um posto de absoluta confiança, dos militares Juraci Magalhães e Delso Mendes da Fonseca (LOPES, 2014).

Em princípios dos anos 1930, José Américo e Juraci Magalhães moravam no Rio de Janeiro. Sendo assim, é provável que tenham se encontrado muitas vezes no gabinete do ministro ou pelos salões da capital. Pouco tempo depois, quando o tenente chefiava a interventoria baiana, era com intimidade que os dois se tratavam. Na missiva do dia 24 de maio de 1933, o ministro desculpava-se com o amigo pelo pouco investimento que estava conseguindo destinar ao seu estado e explicava porque, apesar do pedido de Juraci, não demitiria o chefe dos Correios e Telégrafos da Bahia: “maior mal decorre da exploração feita em torno de qualquer ato de represália, do que dos danos políticos que lhe possam causar, individualmente”. E continuava, “no entanto, estou disposto, como tenho feito, a punir todo aquele, [que] com essa atuação facciosa prejudique o interesse publico”[7].

O conteúdo da carta expressava, com a leveza e a singularidade que o trato com o interventor e amigo exigia, os valores de um homem público fiel aos ideais revolucionários. José Américo, no início dos anos 1930, considerava sua atuação no ministério como adequada a um administrador que precisava preterir os amigos ante os interesses públicos. Era assim, diga-se de passagem, que ele descrevia o seu programa ministerial nos relatórios e discursos da época, o que lhe rendeu a alcunha de “censor da revolução”. A escrita epistolar é uma

[7]Carta de 24 mai. 1933, de José Américo de Almeida a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida, Fundação Casa de José Américo).

prática eminentemente relacional. Conforme Angela de Castro Gomes (2004, p.19): "ela implica em uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê". O destinatário, neste caso, era um jovem político, apesar da posição de interventor e com uma lista de serviços interessantes. Vale questionar se o tom seria o mesmo se a carta fosse endereçada a Juarez Távora ou ao Palácio do Catete.

José Américo de Almeida e Juraci Magalhães não foram correspondentes frequentes. A despeito disso, mantiveram uma amizade perene, ocasionalmente permeada por missivas, coalhada pela distância que separava as suas residências. Tomando como índice o catálogo de correspondências depositadas no Arquivo Pessoal José Américo de Almeida, foram encontrados doze cartas e seis telegramas recebidos e quatro cartas enviadas ao amigo Juraci em seus endereços mais diversos: Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro, Washington. A primeira correspondência datava de 10 de abril de 1931, a última, do dia 23 de março de 1977. Ao longo desse tempo, os dois trocaram pelo menos duas mensagens por década.

Conquanto isso, a primeira carta enviada por Artur Neiva a Juraci Magalhães foi remetida do Ministério de Negócios da Agricultura também no dia 24 de maio de 1933[8]. Àquela ocasião, o ministro pedia pela nomeação de um amigo recentemente aprovado no concurso para agente fiscal. Apesar do vocativo, que sugeria proximidade entre os correspondentes – "Prezado amigo Capitão Juraci Magalhães" – a formalidade da missiva atestava que, àquele momento, a saudação não era mais que uma cordialidade ou estratégia de aproximação. O conteúdo e o tom da carta, a propósito, se repetiram em outras mensagens, sempre datilografadas com letras azuis, nos papéis em formato tabloide[9].

Os dois políticos devem ter se conhecido alguns anos antes, quando o médico baiano ocupava a interventoria do seu estado natal e o tenente cearense assessorava Juarez Távora na Delegacia Militar do Norte. Os contatos realizados àquela oportunidade, no entanto, provavelmente se fizeram de forma impessoal e indireta. As circunstâncias, todavia, mudaram de forma quando os personagens trocaram os seus endereços. Àquele ano de 1933, era Juraci Magalhães que ocupava o Palácio Rio Branco, sede do governo baiano, ao passo em que seu correspondente tomava posse como ministro. As posições, nessa ocasião, exigiam relações mais frequentes e mais diretas. Acontecia que, a despeito da formalidade que poderia manter-se nas correspondências oficiais, o intelectual e o tenente parecem ter preferido ultrapassar

[8]As correspondências enviadas por Artur Neiva a Juraci Magalhães foram encontradas no arquivo pessoal do remetente e não do destinatário. Essa circunstância diz muito dos possíveis riscos que o armazenamento daqueles documentos poderiam guardar, motivo pelo qual tais escritos possivelmente foram descartados pelo governador. Apesar disso, é certo que as mensagens foram enviadas, pois seus temas foram citados nas missivas posteriores.
[9]Carta de 24 mai. 1933, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

esses limites, estreitando as relações pessoais e políticas que mantinham entre si.

A partir de então, as cartas e os telegramas enviados por um e por outro testemunhavam uma amizade que se constituiu, antes de tudo, por meio das próprias missivas. Artur Neiva, quando trocou o ministério pela Assembleia Nacional Constituinte, passou a usar a fonte preta no papel ofício. O tamanho das mensagens também mudou significativamente, ocupando, com frequência, duas ou três páginas. A forma datilografada, porém, continuou em voga. A esse respeito, explicou-se o remetente que se tratava de um hábito antigo, mas necessário, por ter uma letra praticamente ilegível: "As missivas que lhe escrevo, eu as dito para minha filha que as datilografa diretamente, de maneira que as precauções todas estão tomadas; ninguém poderia ser de minha maior confiança"[10]. Certa vez, falou da tentativa quase frustrada de se fazer entender quando a máquina de escrever não estava ao seu alcance:

> Enviei-lhe rápidas linhas naquele meu horrível cursivo, o qual fiz o possível para melhorar, tendo tentado realizar uma letra de domingo, como costumo dizer. Dou-lhe esta explicação porque preferirei enviar datilografado o que foi lhe escrevendo. Poucas letras conheço piores que a minha. Tenho um amigo íntimo, Afonso de Taunay, que possui letra ainda pior, o que é objeto de pilhéria entre nós[11].

Juraci Magalhães, sempre que possível, escrevia as missivas de próprio punho em papel timbrado do gabinete, mas não era com tanta frequência que tinha tempo para escrever uma carta. Nesse sentido, é possível flagrar uma quantidade equilibrada de mensagens manuscritas e datilografadas dentre as enviadas por ele. Além disso, não era sempre que ele conseguia responder as correspondências do amigo. Tomando por referência o Arquivo Pessoal Artur Neiva, foram encontradas trinta e quatro mensagens enviadas, enquanto apenas sete percorreram o caminho oposto. O governador, então, desculpava-se pelas faltas: "Devo-lhe resposta a algumas cartas suas, de vez que só o tenho feito por telegramas. Leve essa falta à conta, só e só, das múltiplas atribuições de meu cargo"[12].

Os três políticos ascenderam ao poder em um momento particular de coesão ideológica e coerência de ação entre as lideranças revolucionárias do Norte. Essa circunstância conferiu a eles as redes de sociabilidade e o instrumental político que permitiram a consolidação do seu poder pessoal nos seus estados e no cenário nacional. Essa unidade de formação, a propósito, foi mantida após a constitucionalização do país, apesar da extinção da Delegacia Militar do Norte e do declínio do poder pessoal de Juarez Távora (LOPES, 2014). Ainda assim, não se pode perder de vista que, ao passo em que ganhavam

[10]Carta de 27 nov. 1934, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).
[11]Carta de 13 jun. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).
[12]Carta de 12 jul. 1937, de Juraci Magalhães a Artur Neiva (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

poder, cada um desses sujeitos passou a dispor de questões, interesses e projetos políticos próprios, enraizados tanto em seus estados de influência quanto no cenário nacional.

As lideranças nortistas seguiam fiéis a Getúlio Vargas durante o Governo Provisório. Isso apesar do abalo na sua base de apoio depois do Movimento de 1932. Os tenentes, aliás, não foram a favor da imediata constitucionalização do país, em razão da fragilidade com a qual as instituições ainda se encontravam para a segurança militar e política dos propósitos revolucionários. José Américo manifestou uma opinião particular a respeito do assunto. Ele defendia a manutenção do regime discricionário por mais um ano, até que os revolucionários fiéis ao governo montassem um partido político de expressão nacional (LIRA NETO, 2013).

Apesar da posição contraria à constitucionalização, os revolucionários nortistas foram estratégicos para assegurar que o processo corresse em acordo com os interesses da base aliada do presidente. José Américo seria um dos membros da comissão que escreveu o anteprojeto da constituição, mas renunciou ao posto. Juraci Magalhães fundou o Partido Social Democrático da Bahia, o qual contou com uma campanha de filiação forte nos municípios, e teve um resultado surpreendente, responsável pela desarticulação da coligação autonomista que lhe fazia oposição: "Consegui eleger vinte representantes [de classe] e vinte e dois deputados federais no pleito de maio de 33, a bancada mais numerosa que qualquer líder da revolução tinha podido levar à Constituinte" (MAGALHÃES, 1996, p.151).

Nas sessões da Assembleia Nacional Constituinte de 1933 e 1934, José Américo trabalhou enquanto ministro, atividade prevista no regimento, acompanhando as discussões e fazendo uso da palavra quando acreditou necessário. Artur Neiva liderava a bancada baiana e atestou, em certa oportunidade, ao interventor cearense que o "PSD não mediu sacrifícios; o bloco não se desfez; ninguém discrepou"[13]. Enquanto isso, Juraci Magalhães mobilizava os aliados no entorno das causas governistas. As correspondências desses dois correligionários, inclusive, tinham como propósito avaliar a ação dos deputados e pensar as estratégias para a união e o fortalecimento do grupo, bem como a aprovação das pautas essenciais para o estado.

Acontecia que, a despeito dos bons ventos que ainda corriam entre as lideranças nortistas e o presidente, alguns boatos balançavam os trabalhos parlamentares. Na mensagem transmitida no dia 27 de março de 1934, Artur Neiva dava notícia ao seu amigo Juraci Magalhães das falácias que corriam pelos corredores do Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Nacional Constituinte, a respeito da eleição que ocorreria em alguns meses:

> Eis os boatos: – São candidatos contra o Getúlio [Vargas], o Góes [Monteiro], o José

[13]Carta de 22 jun. 1934, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

> Américo e o Protógenes [Guimarães]. Há conspirações em Pernambuco, Minas, S. Paulo e Rio Grande. O José Américo não voltará enquanto o [Osvaldo] Aranha for Ministro. A grande parte da Constituinte está conspirando, entre estes Maurício Cardoso, Virgílio [de Mello Franco] etc., com a preocupação de implantar uma ditadura militar no Brasil. Foi preso o Luiz Carlos Prestes, em Belo Horizonte, quando descontava um cheque de 1.400 contos. Que o Antunes Maciel irá para a Fazenda com a saída do Osvaldo [Aranha][14].

A constitucionalização era um tiro no escuro e como tal havia sido evitada por muito tempo por algumas das lideranças revolucionárias. A liberalização do regime, conforme Angela de Castro Gomes (1980, p.31), "sempre oferece margens de risco, uma vez que é praticamente impossível abraçar todo o espaço político que então se abre para articulações e debates". Em meio a esse cenário, os boatos eram construções narrativas que jogavam com a posição de algumas figuras na cena pública, ao passo em que capitalizava os efeitos concretos dessas possibilidades na vida política nacional. Ainda que José Américo seguisse fiel ao presidente, o seu nome representava os interesses de certo grupo de revolucionários nortistas que, apesar de alguns conflitos – destacadamente o rompimento de José Américo e Juarez Távora – seguia com uma força política coesa e bastante expressiva.

A pretensa intriga entre José Américo e Osvaldo Aranha era simbólica do equilíbrio de forças entre as lideranças do Norte e do Sul, sustentáculo da política revolucionária. Nesse tempo, Pernambuco, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul representavam, junto com a Bahia, o conjunto dos maiores estados, consultados em primeiro lugar na hora das decisões políticas mais estratégicas do presidente. Enquanto isso, a notícia de que Luiz Carlos Prestes – na época, instalado na União Soviética – tivesse sido preso mais parecia uma tentativa de aterrorizar todo mundo dos perigos do fim do regime discricionário, leia-se a falta de ordem entre as elites e o comunismo, isso quando o anticomunismo se insurgia com muita força.

Uma das pautas prioritárias da bancada aliada nesse tempo dizia respeito à sucessão presidencial. As lideranças situacionistas barganhavam eleição majoritária indireta, ao passo em que trabalhavam para que não houvesse impedimentos legais para a candidatura de Getúlio Vargas. Havia, no entanto, outros nomes, a maioria dos quais lideranças da Revolução de1930, que tinham condições efetivas para barganhar votos – fossem eles diretos ou indiretos – para a corrida presidencial de 1934. A opção pelo apoio a Getúlio Vargas era, portanto, uma escolha pela manutenção, a essa altura já parcial, do grupo revolucionário, mas principalmente pela saída constitucional que fosse mais centralizadora e autoritária possível.

Em meio a esse cenário, a atuação da bancada baiana, articulada por Juraci Magalhães, foi capital para o encaminhamento dos trabalhos em favor da permanência do político gaúcho

[14]Carta de 27 mar. 1934, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

na Presidência da República. Na correspondência ao interventor da Bahia, a propósito, Artur Neiva dava notícia do sucesso que os discursos do deputado baiano Antonio Garcia de Medeiros Neto, então líder da maioria, havia alcançado no plenário e pelos corredores da assembleia: "A atuação do Medeiros (...) na segunda fase foi brilhante, (...) decisiva para a solução dos magnos problemas da Constituição e quiçá da própria candidatura Getúlio"[15]. O remetente falava da defesa contundente do deputado quanto ao substitutivo Simões Lopes, o qual invertia os trabalhos da assembleia e adiantava a eleição indireta para presidente.

Durante o Governo Provisório, os três políticos agiram, nos diferentes cargos públicos que ocupavam, com as capacidades e as solidariedades das quais dispunham, em prol de um programa que fosse fiel ao projeto revolucionário, mas que contemplasse os interesses dos governos do Norte. Isso significou uma aliança com o presidente em 1934, mas não sem que fosse declarada a força de algumas de suas lideranças. Os governadores Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti ocupavam as posições centrais de articulação, espaço que de certa forma dividiam com o ministro Agamenon Magalhães. José Américo era um nome mais popular e com mais autoridade. Artur Neiva, por outro lado, não tinha nem a confiança do presidente, nem era a liderança representativa de alguma posição política, mas sua experiência contava bastante, sobretudo para um jovem militar como Juraci Magalhães.

"Um nome para um Norte": a pauta da sucessão presidencial e as disputas entre as lideranças revolucionárias

Eleito e empossado o presidente, o professado período constitucional foi um tempo de instabilidades políticas de toda ordem. As fundações da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Ação Integralista Brasileira (AIB) implicaram em um acirramento das discussões que tomavam a cena pública, masque ainda caminhavam no âmbito da ação política. Aconteceu que, tão logo foi conflagrado o Levante Comunista de 1935, o presidente solicitou ao congresso o decreto do estado de sítio e, no mês seguinte, do estado de guerra, que suspendia temporariamente as garantias constitucionais consideradas prejudiciais à segurança nacional. O país seguiria governado nessas circunstâncias até meados de 1937, quando o Congresso, depois de muitas renovações do prazo, impediu que o decreto fosse prorrogado mais uma vez.

Em julho de 1934, uma greve de bancários, marítimos e telegrafistas pressionou o pedido de demissão de José Américo do Ministério de Viação e Obras Públicas[16]. Getúlio

[15]Carta de 29 mai. 1934, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).
[16]*Diário de Notícias*, 13 de julho de 1934, p.1.

Vargas, em contrapartida, ofereceu-lhe a Embaixada do Vaticano. Antes que partisse para a Itália, no entanto, a elite política paraibana, a pedido do próprio presidente, começou a articular a sua campanha para o Senado. Eleito senador, o seu nome seria cogitado para a presidência da casa, mas ele abdicou dessa posição em razão das intrigas políticas, pedindo a Getúlio a nomeação para o Tribunal de Contas da União. Naquela instituição, podia resguardar-se dos conflitos que afetavam a sua imagem depois da saída do ministério e dos desentendimentos com algumas das lideranças governistas na Paraíba.

Nesse tempo, Artur Neiva foi reeleito deputado federal, seguindo os trabalhos legislativos em uma posição privilegiada de político experiente e que mantinha boas relações no Palácio Tiradentes. Juraci Magalhães, por sua vez, foi escolhido governador pela Assembleia Constituinte da Bahia. A amizade política seguia assim marcada por uma ou outra correspondência enviada do Rio de Janeiro para Salvador. Mas também pelos raros encontros que, uma oportuna viagem de um ou do outro poderia proporcionar. Na carta do dia 27 de novembro de 1934, por exemplo, Artur Neiva queixava-se dos desencontros que impediram que estivesse com o amigo quando da viagem dele à capital[17].

O tempo tornara a relação mais próxima, tanto que passaram a tratar de assuntos íntimos. As referências familiares se tornaram mais comuns. Artur Neiva reiteradas vezes remetia seus cumprimentos à esposa do destinatário ao passo em que dava notícias da saúde de sua mãe, que tanto o preocupava. Também dizia dos sentimentos que perpassavam sua permanência na vida pública: “a Bahia toda assistiu como trabalhei no último pleito, voltando às minhas origens”. E continuava: “Minha sorte está lançada, minha consciência, porém, tranquila. Entrei para a política incorporando-me à revolução e cujos ideais continuarei a servir”. Além disso, passaram a ter sociabilidades em comum. Por intermédio de Artur Neiva, Juraci Magalhães receberia Monteiro Lobato e Hilário Freire na Bahia[18].

A amizade de Juraci Magalhães e José Américo deve ter esfriado um pouco nesse meio tempo. Isso devido, em grande medida, ao afastamento do ministro da vida política. Àquele entremeio, o intelectual paraibano fez uma complicada cirurgia para corrigir a miopia, o que demandou repouso. As cartas, que já não eram muito frequentes, pararam de circular. Enquanto isso, era notória a preferência do governador baiano, dentre os nomes presidenciáveis cogitados à época, por Medeiros Neto. José Américo, no entanto, não era uma possibilidade estranha, na medida em que, bem sabia ele, seria um candidato melhor aceito entre as lideranças revolucionárias, principalmente no Norte.

[17]Carta de 27 nov. 1934, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).
[18]Carta de 31 dez. 1935, de Juraci Magalhães a Artur Neiva (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

Em meados do ano de 1936, começou a ser ventilada a possibilidade de uma candidatura única, que resultasse de um acordo entre as lideranças revolucionárias e com o aval do presidente. Essa aparecia como uma solução mais segura, diante do momento de instabilidade democrática, para que fosse preservada a constituição e para que o projeto revolucionário, do qual tanto se falava, continuasse em curso. A ideia teria sido sinalizada, em um primeiro momento, ao chefe da nação. Juraci Magalhães (1996) contava em suas memórias que, nessa ocasião, Getúlio Vargas pareceu não oferecer qualquer resistência.

Acontecia que, a essa altura, uma parcela significativa da elite paulista já fazia seus encaminhamentos para lançar a candidatura de Armando de Sales Oliveira, tivesse ou não o apoio do Palácio do Catete. Eram oferecidos jantares e reuniões com políticos no propósito de encaminhar a campanha do governador. Juraci Magalhães, então, seguiu para São Paulo, onde pretendia negociar a saída com o possível candidato paulista. No meio da conversa, no entanto, Pisa Sobrinho entrou no gabinete portando um recado de Valder Sarmanho, assessor direto do presidente, desautorizando o governador baiano a falar em seu nome. Dessa maneira, a conversa foi encerrada sem que se chegasse a nenhuma conclusão (MAGALHÃES, 1996).

No final de junho, Agamenon Magalhães, então ministro do trabalho, começou a sondar os chefes dos maiores estados sobre a proposta de adiar o mandato do presidente e dos governadores, o argumento era que a revolução ainda não estivesse segura. Juraci Magalhães (1996) narrou em suas memórias que não deu qualquer resposta e solicitou audiência com o presidente. No encontro, ele teria recuado da ideia. A consulta havia recebido negativas de Carlos de Lima Cavalcanti de Pernambuco; Protógenes Guimarães do Rio de Janeiro; Flores da Cunha do Rio Grande do Sul; e Armando Sales de São Paulo (CAMARGO *et al*, 1989).

Devido aos sucessivos estremecimentos com as principais lideranças do movimento revolucionário, Getúlio Vargas ficava cada vez mais isolado politicamente. Em meados do ano de 1936, a questão sucessória despontava na arena pública com cada vez mais força. O presidente fugia do tema sempre que possível e a discussão era, assim, adiada por mais um tempo. Enquanto isso, ele tratava de afastar do páreo qualquer nome que ganhasse maior força no cenário provável para a disputa. Foi o que aconteceu com Antonio Carlos Ribeiro de Andrada. Isso principalmente porque, por ocasião das candidaturas à presidência da Câmara, Getúlio apoiou o também mineiro Pedro Aleixo, que venceu o pleito, desarticulando as forças políticas do oligarca dentro de sua própria bancada (CAMARGO *et al*, 1989).

Mediante esse cenário de incertezas, Juraci Magalhães marcou para o dia 20 de novembro de 1936 a inauguração do Instituto do Cacau na Bahia. Tratava-se de uma

oportunidade para reunir algumas das principais lideranças governistas. Estiveram presentes Osvaldo Aranha, Benedito Valadares, Carlos de Lima Cavalcanti, Vicente Rao, Odilon Braga, Gustavo Capanema e, sobretudo, Getúlio Vargas. Ainda assim, o assunto foi desviado pelo chefe da nação, defendendo que fosse aguardado momento mais oportuno. Os governadores da Bahia e de Pernambuco, no entanto, não deixaram por menos e, em seus discursos, trataram de pontuar o assunto da eleição: "pronunciei um discurso entusiasmado, descrevendo as características do seu possível sucessor" (MAGALHÃES, 1996, p.175).

O ano de 1937 começou em meio a esse clima de incertezas. O ministro de relações exteriores, José Carlos de Macedo Soares, mediante sinalização do presidente de que poderia ser ele o candidato governista, abdicou do cargo. A constituição vetava a participação dos ministros de estado no processo eleitoral e o prazo final para o desligamento era o dia 2 de janeiro. Tratava-se de um nome capital para o governo. Àquela altura, Armando Sales ganhava expressão no cenário nacional. Assim, a nomeação de outro paulista era uma maneira de fazer concorrência à sua escalada dentro do seu próprio estado de origem. Mas as coisas não caminhariam dessa forma. A demissão do ministro só seria publicada no diário oficial no dia seguinte ao prazo, por ordens advindas do próprio Palácio do Catete, criando dúvidas quanto à legalidade da candidatura (CAMARGO *et al*, 1989).

Passada a primeira quinzena do mês de janeiro, a imprensa voltava a falar no nome de José Américo como possível candidato governista. O movimento começou no *Correio da Manhã* por meio das especulações do jornalista Assis Chateaubriand: "é dos mais falados, por muitos motivos, inclusive pela circunstância de haver sido uma das principais figuras da revolução e do governo provisório, com a circunstância de ter ao seu lado o norte do país"[19]. Desde então, a notícia ganharia repercussão em outros veículos. No dia 19 de janeiro, *O Globo* publicou uma entrevista com o pretenso candidato, a qual foi replicada posteriormente no *Diário de Notícias.* Na oportunidade, o entrevistado criticou a política do presidente de queimar candidaturas: "mas eu só poderia ser queimado, se andasse aceso"[20].

A tática de queimar candidaturas se tornava cada vez mais explícita na opinião pública, tanto que não demorou muito para virar motivo de chacota na imprensa e no teatro. No dia 30 de janeiro de 1937, foi publicada na capa da revista *Careta* uma charge com a assinatura de J. Carlos, denominada "Lá no Palácio das Águias". A imagem retratava o presidente visto por trás de um bananal com uma cesta cheia de bananas, espalhando as cascas no entorno do prédio. Alguns meses mais tarde, estreava a peça *Quem vem lá* no Teatro

[19]*Correio da Manha*, 16 jan.1937, p.4.
[20]*Diário de Notícias*, 21 jan.1937, p.5.

Carlos Gomes na Praça Tiradentes. Tratava-se de uma revista política. Em um de seus quadros, os artistas satirizavam a maneira como a sucessão presidencial estava sendo tratada.

A lista dos personagens envolvidos contava com as lideranças revolucionárias capitais à sustentação política do governo. Havia os nortistas, como os governadores Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti, mas também o possível candidato José Américo. Os mineiros eram representados por Antonio Carlos. Enquanto isso, havia os gaúchos Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha e Flores da Cunha, e paulistas Armando Sales e Macedo Soares. A querela era posta, assim, em meio aos embates políticos regionais. Ao passo em que José Américo representaria as forças políticas do Norte e Osvaldo Aranha do Sul, Macedo Soares era uma alternativa a Armando Sales, que também não era de todo opositor do governo.

Ainda em janeiro, algumas das principais lideranças revolucionárias passaram a propor a composição de uma lista tríplice, construída consensualmente, que deveria ser levada ao presidente para que ele escolhesse um candidato. Dessa maneira, no final de janeiro, foi organizado um encontro com os governadores da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Santa Catarina e suas bancadas no congresso, na cidade do Rio de Janeiro. Feito isso, alguns dias mais tarde,teriam ido todos ao encontro de Cardoso de Melo Neto, então governador de São Paulo.Saindo de lá, Juraci Magalhães e Benedito Valadares seguiram para Poços de Caldas, onde pretendiam continuar as negociações. A viagem gerou boatos de todos os tipos, dizia-se que a proposta era fazer o candidato paulista recuar em favor de José Américo[21].

No dia 31 de janeiro de 1937, discutia-se a viagem de Getúlio Vargas de Petrópolis para Poços de Caldas, onde encontraria os correligionários[22]. A viagem, porém, mais uma vez não deu respostas conclusivas. As negociações seguiriam, assim, na esperança de uma nova convenção com os governadores. Os meses se passavam e, em meio a isso, três personagens passaram a aparecer com maior recorrência na imprensa: Macedo Soares, Osvaldo Aranha e José Américo. Também datou desse momento a associação cada vez maior do nome do ex-ministro de viação e obras públicas ao poder de influência de Juraci Magalhães, ainda que Medeiros Neto continuasse a ser o nome de sua preferência.

A lista tríplice era discutida na opinião pública e movimentada pelas lideranças governistas. Em correspondência a Juraci Magalhães, Artur Neiva falava dos nomes de Medeiros Neto, José Américo e Armando Sales[23]. Enquanto isso, Osvaldo Aranha falava na

[21]*Diário de Notícias*, 28 jan. 1937, p.4.
[22]*Diário de Notícias*, 31 jan.1937, p.5.
[23]Carta de 24 abr. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

imprensa em pelo menos dez nomes habilitados para a campanha presidencial[24]. As notícias corriam com muita imprecisão e se sabia muito pouco em quem era possível confiar. Na carta a Juraci do dia 24 de abril, Artur Neiva avaliava o cenário político e as possibilidades de golpe que estavam postas: "Até hoje, o Getúlio não conseguiu dissipar totalmente a impressão de que deseja continuar. Os desmentidos surgem da gente que o rodeia".

O deputado seguia sua descrição apontando as forças que ameaçavam o processo democrático. Desconfiava-se de Agamenon Magalhães "que está liderando a agitação do país" e da estranha proximidade do presidente com o integralismo. A bancada baiana, ele bem sabia, não estava de todo homogênea, parte dela apoiaria o presidente incondicionalmente. Dizia mais, o presidente andava muito interessado no nome do Medeiros Neto, mas que não sabia bem ser essa uma vontade legítima ou uma tentativa de queimar mais uma candidatura. Por fim, as forças armadas eram sempre uma incógnita:

> De há muito que tenho impressão de que no Brasil não há verdadeiramente um Exército, há qualquer coisa parecida com uma organização chinesa, de tal forma vamos decaindo. Existem vários exércitos, o do General Góes, o do General Waldomiro, do General Dutra, Pantaleão etc. etc. Uma confederação de forças, plena China[25].

O medo de que o presidente permanecesse no poder depois do término do período constitucional do seu governo era constante na opinião pública e entre as lideranças políticas. Tinham motivo para isso, sobretudo por causa das sucessivas intervenções federais nos estados. Começou com Maranhão e Mato Grosso, depois Distrito Federal e, por fim, Rio Grande do Sul. Mais do que isso, havia alguma desconfiança quanto à posição dos militares. Havia diferenças flagrantes entre os generais. Dessa maneira, a avaliação de Artur Neiva, como era possível notar, envolvia o cenário político em diferentes planos, observando as disposições para a ação desde os movimentos dos civis até as investidas dos militares.

A carta, no entanto, provavelmente só deve ter sido recebida por Juraci Magalhães uma semana depois, talvez mais cedo se tivesse um portador direto no lugar do serviço de postagem convencional. Em todo caso, era interessante observar a leitura que o deputado baiano fazia das posições que os diferentes grupos políticos estavam tomando no jogo político que então se montava. Era preciso compreender o que pensavam as pessoas e como elas estavam se articulando, isso porque, na hora de fazer alianças e compartilhar interesses, não dava para pisar em solo movediço. Acontecia que, enquanto a carta seguia do Rio de Janeiro a Salvador, o governador da Bahia fazia outros movimentos políticos. Ao que tudo indica, dessa

[24] *Diário de Notícias*, 9 abr. 1937, p.4.
[25] Carta de 24 abr. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães, (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

vez mais com mais certeza quanto ao nome de José Américo e tendo-o como correspondente.

No dia 25 de abril, José Américo foi a Petrópolis, onde teve uma longa conversa com o presidente no Palácio Rio Negro[26]. Não foram encontradas outras informações que dessem notícia do assunto e nem das consequências que ela teria provocado. O *Diário de Notícias*, no entanto, deu nota de que, encerrada a reunião, o ex-ministro de viação e obras públicas teria usado o Telégrafo Nacional para uma longa conferência telegráfica com Juraci Magalhães[27]. Por meio dos telegramas expedidos e recebidos quase que imediatamente por um e outro, era possível estabelecer uma comunicação mais rápida, ainda que suscetível à interceptação de qualquer um que, dispondo do instrumento e captando a frequência certa, registrasse a mensagem. A despeito disso, não era incomum utilizar criptogramas que impedissem que o conteúdo da mensagem fosse decifrado por outra pessoa que não o seu destinatário.

O certo é que, de uma forma ou de outra, os três personagens, a partir de abril, estavam afinados no entorno de um propósito comum: a candidatura de José Américo, ainda que o próprio não o confessasse. Em todo caso, eles faziam isso cada um ao seu modo, mas articulados no entorno de um mesmo contato: Juraci Magalhães. A carta e o telegrama – uma comportando discussões maiores, apesar de mais lenta, e o outro mais limitado em termo de informações e segurança, porém mais rapidamente acessado pelo destinatário – serviam à formação de uma rede, tornando o trabalho político mais concatenado e, por isso, mais ágil. Agilidade essa que seria fundamental na hora de pressionar o presidente.

Em princípios de maio, a questão estava posta e restava pouca dúvida quanto ao nome do candidato. Mais ou menos nesse período, Benedito Valadares tomava a frente como coordenador da campanha governista. Ele presidenciaria a convenção do partido que escolheria o candidato, bem como o comitê que se estabeleceria a partir de então[28]. Aquela, porém, era uma decisão controversa. O governador mineiro era demasiado próximo do presidente. Conceder a coordenação da campanha a ele era uma forma de controlar o trabalho eleitoral, mas também de estar por dentro das estratégias desses personagens para dar sequência ao programa político e ao projeto democrático do candidato.

Às vésperas da convenção, marcada para o dia 25 de maio de 1937, José Américo respondeu uma carta de Juraci Magalhães, na qual aceitava o convite para ser o candidato, mas justificava: "Você deve ter notado o meu silêncio. É de propósito. Deixei de escrever-lhe, há muito tempo, para que você ficasse à vontade, sem se preocupar com o meu nome, nesta

[26]*Diário de Notícias*, 25 abr. 1937, p.8.
[27]*Diário de Notícias*, 27 abr. 1937, p.10.
[28]*Diário de Notícias*, 8 mai. 1937, p.4.

delicada conjuntura em que deveria guiar-se pelo seu próprio tato político". E continuava, assumindo que seu nome era alvo de certo movimento de confiança pública, que exaltava a memória dos seus "companheiros de 30", era simpático entre os líderes do Exército e, de alguma forma, aquietava os ânimos de diferentes grupos políticos brasileiros. No que tangia aos seus interesses pessoais, porém, dizia abdicar de qualquer vaidade: "Você bem sabe com que desambição me tenho portado, (...) mas se considerarem útil essa solução, para o lançamento imediato(...) não terei outro remédio senão pôr-me às ordens dos amigos"[29].

Não ficava bem a um político perseguir os adeptos ao seu próprio nome, ou pelo menos era isso que pensava o intelectual paraibano. José Américo de Almeida, dessa maneira, terceirizava essa função ao seu amigo Juraci Magalhães. Mas não era menos verdade que seu nome, para além das simpatias que provocava, havia sido pensado como uma forma de resolver a questão da sucessão e pressionar o encaminhamento da campanha. Enquanto liderança revolucionária de primeira hora, ele tinha crédito para amansar as investidas dos outros grupos governistas. O certo é que a convenção aconteceu na data marcada e o nome do intelectual paraibano foi escolhido por aclamação como candidato à Presidência da República.

"Hay algo nel aire": algumas avaliações políticas da escolha do candidato ao golpe

> O essencial, agora, é que se prepare propício ambiente para um pleito livre de que saía fortalecido o prestigio moral do candidato escolhido soberanamente pelo povo brasileiro.
> Juraci Magalhães, 1937[30].

Encerrada a convenção no Palácio Monroe, era hora de começar os trabalhos de campanha. José Américo fez uma declaração à imprensa no dia seguinte e se comunicou por carta com Benedito Valadares, Juraci Magalhães e Carlos de Lima Cavalcanti. A partir de então, ele se empenharia em conceder entrevistas, enquanto preparava o seu programa de governo. Juraci Magalhães, por sua vez, empenhava-se em arregimentar alianças nas mais variadas localidades do país.O governador, ainda na última semana de maio, enviou dezenas de cartas pedindo apoio a lideranças regionais estratégicas na condução do trabalho eleitoral. Em pouco mais de uma semana, era possível flagrar centenas de respostas na caixa postal do palácio parabenizando a escolha do candidato. Além disso, os remetentes davam notícia das estratégias que estavam usando para divulgar o nome do candidato e as suas propostas.

Na carta do dia 29 de maio, Aníbal Duarte, governador do Pará, dava notícia do início

[29]Carta de 21 mai. 1937, de José Américo a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal José Américo de Almeida).
[30]*Diário de Notícias*, 27 mai. 1937, p.5.

dos trabalhos eleitorais naquele estado. Estava marcado para o dia seguinte o primeiro grande comício da capital, pretendendo estender a campanha por todo o norte. Em anexo, remetia um impresso direcionado especificamente para as mulheres, cujo direito ao voto havia sido regulamentado em território nacional desde 1932[31]. Avelino Pereira, editor do jornal *A Tarde*, que circulava em Manaus, remeteu recortes de jornais oposicionistas e informou como pretendia, em sua folha diária, reverter a discussão em favor do candidato situacionista[32].

Enquanto isso, o Dr. Plácido Rocha, médico e cirurgião em Araçatuba, São Paulo, enviava cartas ao eleitorado local e distribuía cartões, nos quais se oferecia para dar informações a respeito do processo de alistamento eleitoral[33].O governador baiano receberia ainda apoio de outros profissionais liberais. Era o caso de João Caruso, advogado em Boa Vista do Erechim, Rio Grande do Sul, e Francisco Abdoral de Lacerda, agrimensor em Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Em meio a esse movimento entusiasmado, houve notícias de pelo menos dois comitês montados fora da capital federal. Aníbal Duarte criou a Coligação Pró-José Américo, com sede em Belém do Pará. Luiz Djalma de Siqueira Granja, comerciante pernambucano, fundou o Comitê Independente Pró-José Américo, no Recife[34].

No mais, as táticas que perpassavam o envio das missivas variavam nas diferentes regiões do país. Ao passo em que os endereços da porção Norte – onde o governador baiano e o candidato paraibano tinham solidificado sua base de sustentação política – tinham a assinatura prioritária de prefeitos, senadores e deputados, as mensagens postadas nas agências do Sul arregimentavam prioritariamente profissionais liberais com influência no eleitorado local, sobretudo em cidades industriais, como Araçatuba e Campos dos Goytacazes.

Em uma carta remetida ao amigo "Dr. Neiva", Juraci Magalhães explicava a sua estratégia: "Tenho ativado o alistamento. Trabalho sem cessar no preparo de um terreno desfavorável aos adversários. Desejo prevenir os 'milagres do dinheiro'... A antecipação do trabalho eleitoral facilitará a nossa vitória. Luto por elevar a 350 mil o nosso eleitorado de 217 mil"[35]. O propósito era montar uma base popular para a campanha. Essa estratégia não era de todo novidade no arsenal de práticas do governador baiano. Ele havia se valido da mobilização das massas também na campanha dos deputados constituintes em 1933, o que lhe rendeu a desarticulação dos líderes da oposição[36].

[31]Carta de 29 mai. 1937, de Aníbal Duarte a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Juraci Magalhães, CPDOC).
[32]Carta de 7 jul. 1937, de Avelino Pereira a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Juraci Magalhães, CPDOC).
[33]Carta de 2 jun.1937, de Plácido Rocha a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Juraci Magalhães, CPDOC).
[34]Carta de 24 jul. 1937, de Aníbal Duarte; 27 jul. 1937, de Luiz Djalma Siqueira Granja; 31 jul. 1937, de João Caruso; 2 ago. 1937, de Francisco Abdoral de Lacerda (Arquivo Pessoal Juraci Magalhães, CPDOC).
[35]Carta de 12 jun. 1937, de Juraci Magalhães a Artur Neiva (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).
[36]As eleições de 1933 e 1934 foram discutidas por Ana Luiza Caribé de Araújo Pinho (2010).

Na capital federal, a montagem do comitê oficial aconteceu junto às discussões da prorrogação ou não do estado de guerra pelo Congresso Nacional. As medidas autoritárias do presidente estavam em baixa na opinião pública e a pauta só serviu para atrapalhar a campanha do candidato governista. Em todo caso, em meados de junho, começavam os trabalhos, que deveriam ser coordenados por Benedito Valadares. Artur Neiva participaria ativamente do cotidiano da instituição, fazia isso a pedido do governador baiano, ao qual ele remetia notícias constantes dos trabalhos de campanha, mas também informações capitais quanto aos bastidores das negociações político-partidárias:

> Vejo os paulistas com seu espírito de organização trabalhando intensamente. Já alugaram um pavimento interno de um arranha-céu, tendo distribuído os setores para a ação de propaganda com os responsáveis. Nós, até agora, não realizamos tal coisa; e ainda não sei quando o faremos[37].

O deputado falava ainda dos estranhamentos que vinha percebendo nas relações entre Pedro Aleixo e Benedito Valadares. Havia a possibilidade de um rompimento entre os dois mineiros e, com isso, a associação do presidente da câmara e parte das lideranças de seu estado ao candidato paulista. Além disso, contava ele, havia estado com José Américo, com quem teve mais de uma hora de conversa, embora interrompida por um grupo de fazendeiros que foram discutir o preço do café. A respeito desse encontro, relatava: "vou lhe dar, com a franqueza habitual, as minhas impressões. Achei o nosso candidato excessivamente otimista, e me parece que não gosta de analisar os fatos quando estes não são inteiramente agradáveis".

Na conversa, o candidato teria sugerido a conveniência da presença de Juraci, amigo comum aos dois, no comitê para contribuir com a arquitetura da campanha. Nesse ponto, porém, intercedia o remetente: "No meu modo de entender, e digo francamente, não lhe iria bem, como governador da Bahia, chefiar aqui no Rio a propaganda", e sugeria uma resposta, "sei quanto seria eficiente a atuação de um homem como o amigo, com seus dotes, combatividade e espírito de organização, mas não poderia despir-se das funções que tão diretamente desempenha, a de governador da Bahia". Artur Neiva passava a ser reconhecido, dessa maneira, enquanto intermediário de Juraci Magalhães no Rio de Janeiro, sobretudo no que tangia às negociações políticas no interior dos quadros partidários.

No dia 19 de junho, José Américo de Almeida fez o seu primeiro discurso oficial de campanha na abertura dos trabalhos do comitê do partido situacionista mineiro, a convite de Benedito Valadares em Belo Horizonte[38]. Nessa oportunidade, o candidato se apresentava ao povo, dizendo ser filho da hinterlândia e muito ter trabalhado para melhorar a vida daquela

[37]Carta de 15 jun. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).
[38]*Diário de Notícias*, 19 jun. 1937, p.4.

gente. Fizera isso como ministro, construindo estradas e erguendo obras estratégicas de desenvolvimento econômico. Além disso, retomava o período mais famoso do seu romance *A Bagaceira* para apresentar um valor que julgava maior que todos os outros – "Há uma miséria maior do que morrer de fome no deserto: é não ter o que comer na terra de Canaã". No mais, criticava o autoritarismo, sem citar nomes: "Juremos todos, pelas cinzas repatriadas dos vossos mártires, que não se destruirá a liberdade dos brasileiros, com falsos regimes de autoridade, que não passariam de regimes de submissão" (ALMEIDA, 1985[1965], p.44).

Apesar das críticas que o candidato e os seus aliados faziam ao autoritarismo, a marca oficial dava instrumentos para a imprensa oposicionista associar a campanha José Américo com as atitudes centralizadoras adotadas por Getúlio Vargas. Às vésperas do primeiro comício na capital, o Congresso aprovou a intervenção no Distrito Federal[39]. O evento teve vez no dia 16 de julho na Esplanada do Castelo. O candidato fez um discurso longo e voltado às massas, como era a proposta daquela campanha, que até então tinha restado fechada aos gabinetes dos partidos e às declarações da imprensa. Naquele momento, ele explicava as medidas moralizadoras que tomara enquanto ministro, ao passo em que dava ainda maior ênfase ao programa de assistência social para os grupos em situação de vulnerabilidade, "não deixemos a ralé passar necessidade". O ponto mais polêmico, no entanto, foi trecho no qual dizia "eu sei onde está o dinheiro". Ele sinalizava, assim, que poderia mudar as prioridades orçamentárias e sanar as necessidades calamitosas da população (ALMEIDA, 1985[1965]).

Na carta datada do dia 3 de agosto, era com entusiasmo que Artur Neiva contava a Juraci Magalhães dos bons resultados que o discurso havia provocado nos corredores das casas do Legislativo: "O êxito do comício pró José Américo no Castelo foi verdadeiramente extraordinário e desorientador para os nossos adversários que agora vivem a explorar as ideias defendidas com tanto brilho e elevação pelo nosso candidato"[40]. Ele dizia ter ouvido de outro deputado que o candidato faria uma revolução social. A estratégia de mobilizar as massas parecia dar certo e, ao menos por aquele instante, o trabalho eleitoral rendia pontos positivos em favor do êxito da campanha. Mas o otimismo não durou tanto tempo.

No dia 6 de agosto, a missiva dava notícia do banquete oferecido, no dia anterior, pelo presidente da câmara Pedro Aleixo. A festa fora frequentada pelos deputados da maioria, dentre os quais muitos armandistas. Os ministros, por sua vez, não tinham sido convidados, à exceção de Gustavo Capanema. Mineiro como o anfitrião, reconhecido no meio político e intelectual, tratava-se de uma figura excepcional na arquitetura do governo. A festa teve

[39]*Diário de Notícias*, 24 de julho de 1937, p.4.
[40]Carta de 3 ago. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

apenas dois discursos e, para a estranheza do remetente, não houve brinde ao presidente. Em suas falas, o gaúcho João Neves da Fontoura, que à época tinha relações estremecidas com Getúlio Vargas, e o próprio Pedro Aleixo discutiam suas versões a respeito da Revolução de 1930. O que parecia estar no centro da disputa de fato, no entanto, era a corrida pelos votos para a intervenção no Rio Grande do Sul. No mais, escrevia: "acho a situação grave, não sei porque o banquete de ontem, para mim e para muita gente, apresentava alguma analogia com o baile da Ilha Fiscal", em referência ao último baile do Império[41].

A imprensa oposicionista tecia serias críticas a José Américo, insistindo na associação do seu nome à política autoritária do presidente. Além disso, passou a denunciar o uso que os governadores estavam fazendo da máquina para dar voz à campanha situacionista. Dizia-se que a propaganda estava sendo feita por meio de periódicos, estações de rádios e outros veículos pagos pelo poder público, o que era vedado pelo código eleitoral. Citavam os jornais oficiais de Minas Gerais e da Paraíba, mas também a Rádio Inconfidência, de Belo Horizonte, e o que era mais grave, o sistema de radiodifusão do Departamento Nacional de Propaganda[42].

No dia 24 de agosto, o candidato oficial foi ao encontro de Juraci Magalhães na Bahia. Nessa oportunidade, abriu seu discurso garantindo que as notícias de golpe não passavam de um boato e certificava à população de que haveria sucessão, só então voltou à pauta das obras contra as secas e a importância da assistência às populações sertanejas (ALMEIDA, 1986[1965]). A imprensa armandista na capital federal falava de um candidato que perdia força e moderava no discurso, sem o fôlego da campanha de massas da Esplanada do Castelo. Falava de uma pretensa irritação do candidato diante dos seus quadros partidários e de como, em meio a isso, ele estaria se voltando, cada vez mais, para o povo. O discurso social, a propósito, lhe rendia a acusação de comunista. No *Diário de Notícias*, chegava-se a debater até mesmo a substituição do titular da chapa, assunto que chegou aos governadores[43].

Há esse tempo, as correspondências trocadas por Artur Neiva e Juraci Magalhães se tornaram cada vez mais frequentes. Por vezes, a velocidade dos acontecimentos atropelava a novidade das informações comunicadas e, antes mesmo que o destinatário as pudesse ler, já era necessária outra carta, a qual corrigisse ou atualizasse a missiva anterior. Decerto que os telegramas eram uma forma de comunicação mais rápida, porém, excessivamente exposta aos intermediários telegrafistas e por demais curta para as avaliações do médico baiano, que usualmente ultrapassava os limites da página. Daquele momento em diante, as expectativas se

[41]Carta de 6 ago. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).
[42]*Diário de Notícias*, 5 ago. 1937, p.2.
[43]*Diário de Notícias*, 3 set. 1937, p.4.

fecharam cada vez mais para a manutenção do regime liberal-democrático.

Em meados do mês de agosto, o comitê havia conseguido arrecadar trezentos contos de réis depositados por Benedito Valadares e outros duzentos enviados da Bahia e Pernambuco[44]. As cartas que se seguiram àquela, no entanto, relatavam as crises financeiras: "a escassez de dinheiro é total"[45]. Aquele era um mau sinal. Dizia das poucas expectativas que a vitória do candidato governista despertava em políticos e civis. Além disso, o financiamento é um dos pilares sobre o qual se estrutura uma campanha, sem ele é impossível mobilizar uma maioria, sobretudo em uma proposta assentada sobre as massas (OFFERLÉ, 2004[1987]).

Apesar dessas circunstâncias, Artur Neiva e José Américo no Rio de Janeiro e Juraci Magalhães na Bahia continuavam o trabalho eleitoral. O primeiro comentava os discursos nas rádios e nos jornais, além do trabalho político nos bastidores. O candidato empenhava-se na elaboração dos discursos que deveriam conquistar as massas. No comício de Niterói, no dia 27 de setembro de 1937,por exemplo, ele se esforçava para se fazer entender como representante do povo: "já não sei se estas palavras são minhas ou são vossas" (ALMEIDA, 1986[1965], p.78). Não conseguiu reunir mais de cem mil almas. Isso não era bom, pelo menos na avaliação do deputado baiano. Por outro lado, Juraci Magalhães dava boas notícias do trabalho pelo interior. Ele acreditava que por ali conquistaria um número de votos superior ao que havia conseguido em outras ocasiões. No Norte, a candidatura estava bem amparada[46].

Em princípios de outubro de 1937, voltava a ser discutida pelo governo a possibilidade de um novo decreto de estado de guerra. Macedo Soares, então ministro de justiça, insistia que isso não empataria o curso da eleição. Em carta a Juraci Magalhães, Artur Neiva perguntava como proceder diante dessas circunstâncias[47]. Ao mesmo tempo, divulgava-se na imprensa que Benedito Valadares havia abandonado a coordenação da campanha[48]. Não era mentira, a essa altura, o governador mineiro estava confabulando com o Getúlio Vargas um golpe de estado. Artur Neiva resumia a situação: "Minas fará o que o presidente quiser"[49].

O estado de guerra arrefeceu o encaminhamento das campanhas, atrapalhando o processo democrático. Em meados de outubro, o médico baiano afirmava ter "a impressão de que as eleições serão realizadas; não sei se em ambiente de entusiasmo, talvez mais de indiferença", mas continuava "entre elas e a posse há muita distância a percorrer"[50].O

[44]Carta de 13 ago. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).
[45]Carta de 20 set. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).
[46]Carta de 12 jul. 1937, de Juraci Magalhães a Artur Neiva (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).
[47]Carta de 28 set. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).
[48]*Diário de Notícias*, 1 out. 1937, p.1; *Diário de Notícias*, 3 out. 1937, p.4.
[49]Carta 15 out. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).
[50]Carta 13 out. 1937, de Artur Neiva a Juraci Magalhães (Arquivo Pessoal Artur Neiva, CPDOC).

argumento dos militares era a pretensa descoberta do Plano Cohen – um plano soviético de depredações e incêndios no território nacional brasileiro – o qual se descobriu posteriormente ter sido orquestrado pelo capitão do estado maior Olímpio Mourão. Em meio a esse cenário, José Américo chegou a propor a renúncia de sua candidatura, podendo negociar também a retirada de Armando Sales, em nome de um terceiro candidato, mas não teve resposta de Getúlio Vargas. Algumas semanas mais tarde, os dois candidatos encerravam as suas atividades de campanha. No dia 10 de novembro, antes que a opinião pública se rearticulasse, foi outorgada uma nova constituição e decretado o Estado Novo (CAMARGO *et al*, 1989).

"Do seu amigo, *ex-corde":* considerações finais

A eleição presidencial de janeiro de 1938 despontava no horizonte como uma possibilidade de fortalecer o regime liberal-democrático montado pela Constituição de 1934. Isso, porém, em um país de dimensões continentais e sem partidos nacionais. Em meio a esse cenário, os aliados de José Américo apostaram na ousada proposta de fazer uma articulação das massas, estratégia que tinha muito do trabalho de Juraci Magalhães. Era preciso construir propostas que interessassem ao eleitorado e divulgá-las pelo país, por meio dos comícios, pronunciamentos no rádio e nos jornais, mas também pelo trabalho de boca em boca de uma lista de correspondentes do candidato e do governador baiano, seu principal aliado político.

Uma proposta com essa dinâmica carecia, portanto, de meios de comunicação que fizesse o trânsito rápido de notícias e estratégias entre as lideranças dos comitês eleitorais e os demais replicadores dessas informações. Nesses entremeios, as cartas, os bilhetes e os telegramas foram instrumentos caros aos articuladores políticos. Conforme Brigitte Diaz (2002), as correspondências devem ser pensadas não só como um instrumento que porta um testemunho, mas também como um texto, dotado de intenções estéticas, um discurso, que pressupõe um interlocutor, e um fazer – escrever, endereçar, enviar, agir à distância, arquivar.

A escolha da carta ou do telegrama enquanto suporte, por exemplo, contava com um cálculo entre o tempo de envio, o tamanho da mensagem e a confidencialidade do que estava sendo dito. Mais do que isso, o *gap* entre o remetente e o destinatário podia tornar uma notícia velha, uma avaliação ultrapassada, uma ação política desprovida de contexto. Em tempos de incerteza, as cartas de Artur Neiva a Juraci Magalhães atropelavam-se umas nas outras, o que era sinal da velocidade dos acontecimentos e das distâncias que essas missivas percorriam.

As cartas eram instrumentos fundamentais no trabalho político dos três personagens. José Américo, mais intransigente em suas ideias de como fazer política, usava delas para

obter informações e preparar seus planos de ação. Artur Neiva e Juraci Magalhães as tinham como ferramenta prioritária de organização da base aliada e construção de solidariedades. Artur Neiva com suas redes de informações e avaliações. Juraci Magalhães como uma forma de agir à distância, gerenciando os processos políticos da capital federal às cidades do interior.

O trabalho político, sobretudo em um tempo no qual a ameaça golpe estava presente, se desenrolava em meio às notícias do dia. O presidente tardou a escolher um candidato, ao passo em que tentava, sorrateiramente, queimar todos os seus possíveis sucessores. Nesse cenário, as correspondências seriam uma forma de jogar com o adversário, um modo de se movimentar e entender a posição do outro. A ruptura democrática, portanto, não era um destino certo, ainda que alguns sujeitos a planejassem desde algum tempo. Durante toda a campanha, havia muita gente poderosa lutando para assegurar a sucessão.

Esse texto caminhou, portanto, na contramão da análise de Aspásia Camargo *et al* (1989), no livro *O Golpe silencioso: as origens da República corporativa*, segundo a qual a intervenção militar teria sido uma alternativa à tentativa de transformar o populismo embrionário da chapa José Américo ou o débil liberalismo da candidatura Armando Sales em estilo nacional. Ao observar a documentação, é possível afirmar, em primeiro lugar, que tanto a ruptura constitucional quanto a saída democrática eram conjecturadas pelos atores políticos, mas que o desfecho daquele processo seguia incerto e dependia não só da ação das pessoas como do curso das circunstâncias. Em segundo lugar, as campanhas eram antes ferramentas a favor da manutenção do sistema democrático que combustível para a ação dos conspiradores.

Referências:

ALMEIDA, José Américo de. *A palavra e o tempo:* 1937-1945-1850. Rio de Janeiro: José Olympio; João Pessoa: Fundação Casa de José Américo, 1985[1965].

_____. *Eu e eles.* Rio de Janeiro: Nosso Tempo, 1970.

CAMARGO, Aspásia; PANDOLFI, Dulce; GOMES, Eduardo; D'ARAÚJO, Maria Celina; GRYNSZPAN, Mário. *O golpe silencioso:* as origens da República corporativa. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.

DIAZ, Brigitte. *L´épistolaire ou la pensée nômade.*Paris: PUF, 2002.

DUVERGER, Maurice. *Les parties politiques.*Paris: Seuil, 1981.

GOMES, Angela de Castro. "Introdução". In: _____. *Regionalismo e centralização política:* partidos e constituinte nos anos 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 23-39

_____. "Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo". In: GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da História.* Rio de Janeiro, FGV, 2004, p.7-24.

_____. Rascunhos de uma história imediata: de monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas. In: GOMES, Angela de Castro; SCHMIDT, Benito Bisso (orgs.). *Memórias e narrativas (auto)biográficas.* Rio de Janeiro: FGV; Porto Alegre: UFRGS, 2009. p. 41-77

LIRA NETO. *Getúlio (1930-1945):*do governo provisório à ditadura do Estado Novo. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2013.

LOPES, Raimundo Helio. *Um vice-reinado na República do pós-30:*Juarez Távora, as interventorias do Norte e a Guerra de 1932. 319f. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2014.

MAGALHÃES, Juracy. *O último tenente.* Depoimento a J. A. Gueiros. Rio de Janeiro: Record, 1996.

MATERNO, Zélo. *A Redenção do Brasil.* Campina Grande, 1937.

OFFERLÉ, Michel. *Los partidos políticos.* Traducción de Cristián Vila Riquelme. Santiago: LOM, 2004[1987].

PINHO, Ana Luiza Caribé de Araújo. *De Forasteiro a Unanimidade:* a interventoria de Juracy Magalhães na Bahia (1931-1934). 153f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2010.